

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.283 - ES (2020/0043197-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : HERBERTON PEREIRA DE OLIVEIRA
OUTRO NOME : HEBERTON PEREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por HERBERTON PEREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0016036-60.2019.8.08.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal). Em 25/7/2018, recebida a denúncia, foi decretada sua prisão preventiva.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava à revogação/relaxamento da prisão preventiva. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 65):

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CUSTÓDIA CAUTELAR. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. DENEGADA A ORDEM. 1. O excesso de prazo restará caracterizado quando decorrente de providências solicitadas exclusivamente pela acusação ou por desídia estatal, revelando-se justificável, diante da complexidade da ação penal, quantidade de réus denunciados e necessidade de diligências, expedição de precatórias, dentre outros motivos. 2. O processo mantém curso regular e dentro dos parâmetros temporais razoáveis, considerando a necessidade do cumprimento de diversas diligências, com vistas à consolidação dos atos processuais. Ordem denegada. Unânime.

No presente recurso, o recorrente defende que não estão presentes os requisitos que autorizam a decretação e manutenção da prisão preventiva. Alega que a fundamentação da custódia cautelar é genérica e insuficiente. Sustenta, ainda, excesso de prazo ao argumento de que "o processo já dura 01 ano e 03 meses sem a definição da data do Júri" (e-STJ fl. 74). Ao final, requer a revogação/relaxamento da prisão cautelar ou a fixação de medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 104/105).

Prestadas as informações.

O Ministério Público manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 132/138).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O objeto do presente recurso cinge-se à verificação da existência de fundamentação no decreto que impôs a segregação cautelar ao recorrente, bem como a análise de possível constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa.

Insta consignar, preliminarmente, que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a liberdade. Assim, a prisão de natureza cautelar revela-se cabível tão somente quando, a par de indícios do cometimento do delito (*fumus commissi delicti*), estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Decorre de comando constitucional expresso que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, LXI). Portanto, há de exigir que o decreto de prisão preventiva esteja sempre concretamente fundamentado.

Todavia, tem-se que a tese de ausência dos requisitos que autorizam a decretação e manutenção da preventiva não foi debatida pelo Tribunal de origem, o que impede a análise por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

De todo modo, não se verifica ilegalidade flagrante apta a ensejar a concessão da ordem de ofício, isso porque a decisão que decretou a prisão preventiva destacou o *modus operandi* do delito, fazendo referência aos termos da denúncia, bem como o fato de o recorrente possuir "*outros registros criminais*", além do registro de que "*as testemunhas do fato se mostram receosas e temem por suas vidas e de seus familiares, solicitando sigilo de suas declarações, o que demonstra, mais uma vez, a necessidade de aplicação de medida cautelar com vistas à preservação da instrução*

processual, garantindo a isenção dos depoimentos testemunhais" (e-STJ fl. 52).

A peça acusatória, referenciada no decreto preventivo, dá conta de que o "*crime foi praticado também mediante dissimulação e recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que ocultando previamente a intenção homicida, com o intuito de atrair a vítima até o local dos fatos, o denunciado HERBERTON, vulgo 'Zoi', levou a vítima até o local da execução, quando então o referido denunciado, juntamente com o denunciado FILIPE, vulgo 'Felipão', que estava no local aguardando, estando, assim, em superioridade numérica, efetuaram os disparos de arma de fogo contra a vítima, que não podia prever, tampouco esboçar qualquer chance defensiva ao ataque*" (e-STJ fl. 49).

Tais circunstâncias, como visto, evidenciam a presença dos requisitos autorizadores da medida extrema, afastam a ilegalidade arguida e justificam a segregação cautelar como forma de acautelar a ordem pública.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados desta Corte Superior: RHC n. 77.723/RJ, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 13/3/2017; RHC n. 91.056/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 28/2/2018.

Passo, por fim, a examinar a alegação de que há excesso de prazo na segregação cautelar.

Insta consignar, por necessário, que a aferição da existência do excesso de prazo impõe a observância ao disposto no preceito constitucional inserto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Não obstante, a aferição da violação à garantia constitucional acima referida não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

Superior Tribunal de Justiça

Cumprе esclarecer que o réu está custodiado desde 30/8/2018, e a defesa alega que não há previsão para o encerramento da instrução criminal.

Na origem, a ordem foi denegada, firmado o entendimento de que o excesso de prazo não está configurado. Consignou o voto condutor do acórdão impugnado (e-STJ fls. 66/67):

A meu ver, não á motivos que justifiquem a revogação ou relaxamento da prisão imposta ao paciente; cuja denúncia imputando-lhe a prática do delito de homicídio qualificado (CP, art. 121 §2º incisos I e IV) fora recebida em 25 de julho de 2018.

[...]

*No caso, verifico que a custódia perdura desde o dia **30 de agosto de 2018**, mas que o processo mantém curso regular e dentro dos parâmetros temporais razoáveis, considerando a necessidade do cumprimento de diversas diligências, com vistas à consolidação dos atos processuais.*

*A **prisão** não reflete ilegalidade, considerando a ação penal aparelhada em desfavor de dois réus, na qual trâmite tem encontrado óbice justamente na elevada periculosidade dos envolvidos. Explico.*

*Nos autos originários, o atraso processual apoia-se na dificuldade de localização das testemunhas arroladas pelas partes (fls. 26/27). Frise-se, a **acusação e defesa** arrolaram as **mesmas testemunhas**, cujo receio de represália - ainda que elencadas, em caráter sigiloso - tem dificultado a consolidação dos atos processuais, apesar das **incessante tentativas do magistrado singular de finalizar a instrução processual, que contou, inclusive, com ordem de i condução coercitiva.***

*Deste modo, afora a **recusa de comparecimento das testemunhas em juízo** - face o temor provocado pelo paciente e seu comparsa -, a alegada "mora processual" **não é atribuível unicamente à acusação**, a medida que **há também interesse da defesa na oitiva das testemunhas arroladas.***

*Ademais, exsurge dos autos que, além da apreciação de **pedidos de liberdade provisória**, foram necessárias a expedição de **cartas precatórias e ofícios no interesse de ambas as partes, o que eleva o termo final da instrução.***

*Atento aos tantos julgamentos de : Habeas Corpus impetrados perante essa Corte, ousou afirmar que **o lapso temporal invocado pelo paciente não chega a deflagrar tamanha ilegalidade.***

*Sendo assim, não vejo como estabelecer premissa segura quanto a referida alegação do impetrante, notadamente por **não vislumbrar a existência de atos judiciais ou acusatórios que deflagrem qualquer espécies de abuso.***

*Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, **DENEGO A ORDEM.** (grifos no original.)*

As informações complementares dão conta de que a instrução processual se encerraria em breve (e-STJ fl. 116). Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que a audiência de continuação foi realizada em 5/3/2020.

Desse modo, considerados os dados acima referidos, não há falar-se em excesso de prazo, pois o processo vem tendo regular andamento na origem, sinalizando, inclusive, para o encerramento da instrução. Ademais, o pequeno atraso para o seu término se deve, como consignado, à complexidade do feito e periculosidade dos agentes, o que dificultou a obtenção dos depoimentos de algumas testemunhas com medo de represália, as quais foram conduzidas coercitivamente, além da necessidade de expedição de diversas cartas precatórias e ofícios às operadoras de telefonia para localização das testemunhas preservadas, o que afasta, por ora, a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO TENTADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. (I) PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. (II) EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. (III) CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. (IV) MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIENTES PARA RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA.

[...]

5. "A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto" (HC-331.669/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).

6. Em não se verificando a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da demanda, não há falar em constrangimento ilegal. Ao revés, nota-se que o Magistrado singular procura imprimir à ação penal andamento regular.

[...]

10. Ordem denegada.

(HC 369.976/MG, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em

06/12/2016, DJe 16/12/2016)

RECURSO ORDINÁRIO DE HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DILIGÊNCIAS ESPECÍFICAS. INSTRUÇÃO PRÓXIMA DE ENCERRAMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

2. No caso, o Tribunal de origem entendeu que o processo tramita dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer atraso relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão. O recorrente encontra-se preso desde 6/11/2016, com denúncia oferecida em 13/12/2016 e resposta à acusação apresentada em 28/7/2016, sendo que, a despeito da necessidade da expedição de cartas precatórias, os autos receberam marcha célere, com designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 19/4/2017, somente não realizada devido à não apresentação do acusado pela Secretaria de Ressocialização. Não obstante, a instrução encontra-se na iminência de seu encerramento, com a audiência redesignada para o dia 17/8/2017.

[...]

7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 82.958/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017)

Ante o exposto, conheço em parte do recurso em *habeas corpus* e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator